

# “Queremos melhorar acesso aos mercados do vinho”

ENTREVISTA COM  
JAIME SILVA

O ministro da Agricultura diz que Portugal vai jogar ao ataque na defesa dos vinhos nacionais, procurando concretizar ao nível da OMC aquilo que já conseguiu com a África do Sul

O ministro da Agricultura considera que o problema da União Europeia é que o esforço que realizou na reforma da Política Agrícola Comum nunca foi considerado ao nível da OMC. Relativamente aos EUA, acusa os americanos de colocarem a fâsquia das exigências agrícolas a um nível muito elevado, que não têm a intenção de aplicar, porque sabem que a UE nunca as poderá aceitar.

**O que é que Portugal espera da negociação em Hong Kong?**

Portugal tem interesses ofensivos nos produtos industriais e na



Os Estados Unidos procuraram sempre atrair o odioso do fracasso das negociações multilaterais para a UE, o que os protege dos ataques dos países terceiros. A verdade é que os americanos não aceitam pôr em causa os seus mecanismos de apoio agrícolas, como os créditos à exportação, a ajuda alimentar ou os pagamentos contracíclicos. Mas têm por hábito colocar a fâsquia das exigências agrícolas a um nível muito elevado, que não têm a intenção de aplicar, porque sabem que a UE nunca as poderá aceitar. Aliás, os Estados Unidos jogam com as

agricultura, onde pretende uma melhoria do acesso aos mercados para o vinho. Além disso, temos interesses fortes na protecção das indicações geográficas, destinadas a proteger denominações como o Vinho do Porto das imitações. Já conseguimos fazê-lo no acordo bilateral

entre a UE e a África do Sul, agora trata-se de dar o mesmo passo ao nível da OMC.

**Por que é que a UE está sempre no centro dos ataques dos países da OMC?**

Porque a UE tem a particularidade de proceder à reforma do seu regime de apoios aos agricultores antes das rondas negociais multilaterais. É um ciclo vicioso, iniciado com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 1992 e a Ronda do Uruguai [concluída em 1995] e prosseguido com a reforma de 2003 em plena Ronda de Doha. Ou seja, a UE tomou a iniciativa de se reformar, procurando depois consolidar essas reformas ao nível da OMC. O problema é que esse esforço nunca foi considerado ao nível internacional pelos parceiros da OMC, que exigem sempre mais. Os outros países preferem esperar para reformar a sua agricultura se, e quando, houver um acordo. O risco que a UE corre é ter de pagar duas vezes: antes das negociações da OMC, e depois, em função do acordo final.

**Como explica que Estados Unidos sejam tão críticos da PAC?**

É verdade que os britânicos gostariam de reduzir os montantes da PAC. Só que a Europa não pode abandonar o desenvolvimento rural. Além disso, as propostas de orçamento [entre 2007 e 2013] da presidência britânica da UE não deveriam ser viradas para a redução do seu montante global, mas para a construção europeia e para as necessidades da construção europeia

divisões entre os países europeus, esperando ouvir uma voz dissonante. Só que eu espero que em Hong Kong não haja vozes dissonantes do lado da UE.

**No interior da UE também há vozes críticas, sobretudo do Reino Unido...**

A questão é que a PAC, sendo uma

política comum, tem os seus gastos integralmente concentrados ao nível europeu, sem complementos nacionais. As outras políticas, somadas entre as despesas do orçamento da UE e dos Estados-membros, têm gastos muito superiores. A PAC representa apenas dois por cento de todas as despesas públicas, mas tem uma visibilidade muito grande pelo facto de estar concentrada no orçamento europeu. É verdade que os britânicos gostariam de reduzir os montantes da PAC. Só que a Europa não pode abandonar o desenvolvimento rural. Além disso, as propostas de orçamento [entre 2007 e 2013] da presidência britânica da UE não deveriam ser viradas para a redução do seu montante global, mas para a construção europeia e para as necessidades da construção europeia. O problema é que estas propostas estão viradas unicamente para a redução das contribuições dos países mais ricos. Os ingleses até reduzem as verbas destinadas à investigação científica, uma das “políticas de futuro” que pretendiam desenvolver no orçamento europeu... ■ I.A.C., BRUXELAS